

Artigo Original

“O problema da linha de cor”: a sociologia da raça e do racismo em Max Weber

 Carlos Eduardo Sell¹

¹Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, PPGSP UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.
E-mail: carlos.sell@ufsc.br.

DOI: 10.1590/40021/2025.

Resumo: Apesar de seu estado fragmentado e incompleto, é possível identificar os parâmetros gerais de uma sociologia das relações étnico-raciais nos escritos de Max Weber. Levando em consideração o contexto e a evolução dessa problemática nos escritos do autor, o objetivo do artigo é reconstruir, de forma ampla e sistemática, suas características no plano epistemológico, normativo, metodológico e histórico-cultural. No âmbito especificamente sociológico, Max Weber diferencia a dimensão cultural (raça como subtipo de comunidade étnica) e a dimensão social do fenômeno racial. A segunda dimensão subdivide-se, por sua vez, em estratificação de classe (escravidão) e em estratificação estamental (raça como estamento fechado). A diferenciação entre a dimensão cultural e a dimensão social da estratificação constitui o principal legado de Max Weber para a sociologia contemporânea das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Max Weber; raça; racismo; relações raciais; desigualdade social.

“The Problem of The Color Line”: The Sociology of Race and Racism in Max Weber

Abstract: Despite its fragmented and incomplete state, it is possible to identify the general parameters of an ethnic-racial relations sociology in Max Weber's writings. Considering the context and evolution of this problem in his writings, the objective of the article is to reconstruct, in a broad and systematic way, its characteristics in the epistemological, normative, methodological and historical-cultural fields. In the sociological context, Max Weber differentiates the cultural dimension (race as a subtype of ethnic community) and the social dimension of the racial phenomenon. This second dimension is subdivided, on the other hand, into class stratification (slavery) and in estate stratification (race as a closed estate). The differentiation between the cultural dimension and the social dimension of stratification constitutes Max Weber's main legacy for the contemporary sociology of ethnic-racial relations.

Keywords: Max Weber; race; racism; race relations; social inequality.

Recebido em: 13 de janeiro de 2025 | Aprovado em: 02 de junho de 2025.

Editor responsável: João Maia.

Editora Associada: Mariana Barreto.

Declaração de disponibilidade de dados: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo e encontra-se disponível publicamente.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution* (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1. Introdução¹

A mirada histórica sobre o tema da raça e do racismo na sociologia tem motivado uma diversidade de análises sobre autores e correntes, seja do período de formação, seja da fase contemporânea da teoria sociológica (Hund, 2014). Apesar do risco de certo reducionismo ao isolar e sobredeterminar o tema, perdendo-se a visão de conjunto, e de uma lógica de acusação não isenta do perigo de julgamentos apressados, a questão nos permite reler os paradigmas da sociologia sob uma perspectiva pouco explorada, produzindo resultados bastante inovadores. Não só outros pensadores, obras, ideias e conceitos foram recuperados – como o de W.E.B du Bois –, como também autores e linhas de pensamento consagradas – para o caso de Marx, a título de exemplo, veja o estudo de Moore (2010) – vêm sendo entendidos e avaliados de maneira diversa, permitindo-nos contemplar conteúdos ainda pouco discutidos em cada um deles.

Qual o resultado que obtemos quando nos perguntamos sobre o lugar e as características da reflexão de Max Weber sobre a problemática da raça e do racismo? No Brasil, apesar da vasta literatura sobre o tema em geral (Silva Barreto, 2021), ainda não foi realizada, com a extensão e intensidade necessárias, uma discussão ampla e sistemática sobre como Weber lidou teoricamente com essa questão. Naquela que é, até agora, a revisão mais abrangente do tema da raça e do racismo no pensamento social brasileiro, afirma-se, corretamente, que “Weber foi o começo (...) de um difícil caminho da Sociologia pela ideia de raça” (Guimarães, 2017, p. 108).

Assumindo essa premissa, este texto tem como objetivo descrever globalmente como o tema da raça e do racismo evolui de forma diferenciada na trajetória intelectual de Max Weber, focando especialmente no modo como ele é desenvolvido metodologicamente no conjunto de sua sociologia. O aspecto da evolução textual tem a preocupação de demonstrar que o problema racial em Weber não pode ser analisado em bloco, dado que é preciso considerar tanto as continuidades, quanto as rupturas, em diferentes planos de análise: normativo, epistemológico, metodológico e histórico. Na dimensão especificamente metodológica, por sua vez, busca-se demonstrar como o tema está analiticamente organizado, ou seja, qual é o lugar e a forma de análise da questão étnico-racial em sua sociologia compreensiva. Em ambos os casos, tanto as fases de redação, bem como o contexto da obra no qual suas ideias são desenvolvidas, são levados em consideração. A meta final é apontar para as características essenciais de uma análise sociológica das relações etno/raciais em perspectiva weberiana (considerações finais).

2. Perspectiva diacrônica: a evolução da questão racial na trajetória epistemológico-normativa de Max Weber

Weber produziu uma vasta massa de textos, hoje publicados em 54 volumes.² Sem considerar todo o conjunto dessa produção, qualquer tentativa de examinar suas análises sobre raça e racismo corre o risco de ser superficial e apressada, isolando, a partir de juízos prévios, passagens que interessam ao ponto de vista do analista. Esse é um dos fatores que explica as radicais divergências dos trabalhos que já se ocuparam com esse assunto.

Os críticos mais radicais (Ay, 1993; Zimmerman, 2006; Boatcă, 2013; Barbalet, 2022) tendem a supervalorizar os textos do jovem Weber, que seriam marcados por uma visão social-darwinista, contestando, assim, o valor de seu esquema de análise sobre temas raciais.

¹ Pesquisa Financiada pelo CNPQ no âmbito do Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa.

² A MWG compreende uma primeira parte composta por 29 obras, uma segunda que contém a correspondência (11 volumes) e a terceira com suas Lições de Aula (7 volumes). Como alguns volumes estão divididos em duas partes, chega-se ao total de 54.

Mas, além de desconsiderar as mudanças no pensamento de Weber (Palonen, 2001), essa interpretação trata sua reflexão sociológica sobre o tema como se fosse reflexo direto da visão ideológica de sua fase jovem. Essa visão seletiva e monolítica é contestada por outro conjunto de intérpretes (Manasse, 1947; Banton, 2014; Müller, 2020; Winter, 2004; Bello, 2023; Laurano, 2020; Massimilla, 2021) que, sem negar a dívida de Weber com os limites culturais e científicos do seu tempo, põem em evidência a evolução de seu pensamento. Dessa revisão resulta que a problemática étnico-racial passou a ocupar um lugar importante em sua sociologia, cuja validade ainda merece e necessita ser valorizada e desdobrada. Seguindo essa segunda linha de análise, vejamos, primeiramente, em quais momentos e de que forma os pressupostos ideológico-normativos e epistemológicos da compreensão que Weber possui do tema da raça se mantém ou evolui ao longo de sua trajetória.

2.1. A questão polonesa

A formação de Max Weber foi realizada no campo do direito, mas, como membro da “Associação para a política social”, ele logo deslocou sua atenção para temas agrários e econômicos. Foi nesse contexto que emergiu sua pesquisa sobre “Os trabalhadores agrícolas no leste do rio Elba” (Weber, [1892] 2019), realizada através de uma ampla pesquisa quantitativa. A questão era sensível politicamente, visto que os baixos custos salariais das regiões agrícolas da fronteira leste da Alemanha motivavam a substituição da mão de obra alemã pela polonesa (Spät, 2014; Konno, 2004). Isso implicava no risco de que a Alemanha pudesse perder essas fronteiras para a nação rival (Hübinger, 2019).

Os resultados dessa pesquisa foram publicados em 1892 e constituem uma enorme massa de dados e análises sobre sete regiões do leste da Alemanha (Weber, [1892] 2019). Por isso, é comum que os estudiosos interpretem essa pesquisa a partir da aula inaugural de Weber ([1894] 1993) – “O Estado Nacional e a política econômica” –, proferida em Freiburg, em 1894, na qual sua visão sobre todo esse problema, além de mais sintética, também é avaliada politicamente (Steinbach, 2016). Nesse escrito, adotando uma perspectiva que ele mesmo chama de “germanista”, Weber manifesta uma forte animosidade contra a “raça eslava” (Weber, [1894] 1993, p. 551).

Essa conferência também questiona se as diferenças entre alemães e poloneses estão ligadas às capacidades adaptativas das duas nacionalidades, que “repousam sobre qualidades físicas e psíquicas de caráter racial” (Weber, [1894] 1993, p. 548). No entanto, Weber reconhece que não tem condições de “desenvolver teoricamente” essa hipótese: “não ousou sequer tocar na questão infinitamente difícil e, por ora, certamente insolúvel acerca de onde se encontra o limite para a variabilidade das qualidades psíquicas e físicas de uma população” (p. 555). Frente a tal indefinição, ele exclui a variável biológico-racional de sua análise e se concentra apenas nos fatores sociais que explicam as diferenças de rendimento entre trabalhadores poloneses e alemães. Ele conclui, por sinal, que na luta pela sobrevivência eram os poloneses que levavam vantagem, subvertendo totalmente as visões darwinistas então em voga, que ele também criticou pelo seu caráter exagerado ou duvidoso.

2.2. A questão racial norte-americana

A tonalidade negativa com a qual Weber se expressa sobre a questão polonesa muda abruptamente quando nos deparamos com sua viagem aos Estados Unidos da América, de 1904. Ao expor os resultados de sua pesquisa na Conferência que pronunciou em Saint Louis – *The Relations of the Rural Community* –, ele diz claramente que “não são (...) diferenças no talento econômico das raças, mas o milieu econômico, estabelecido historicamente, que

é o fator determinante para explicar as diferenças de resultados na agricultura camponesa” (Weber, [1904] 1998, p. 234). Esse dado nos mostra que, quanto ao essencial, a posição de Weber sobre a nulidade de variáveis raciais frente a fatores socioculturais no âmbito econômico já estava consolidada antes de sua viagem ao Estados Unidos. Porém, isso não retira em nada o impacto da experiência americana, e especialmente do encontro com ativistas e intelectuais americanos, como Booker Washington (1856-1915) e William Edward Burkhardt du Bois (1870-1956), sobre sua visão do tema racial.

A intensidade da relação de Weber com W.E.B. Du Bois pode ser atestada pela troca de correspondência entre os dois, documentadas através de cinco cartas,³ que mostram que, apesar da visita de Weber a Atlanta, local de trabalho de Du Bois, não ter se concretizado, ele fazia questão de publicar o trabalho desse pensador na Revista do Arquivo Social. Na primeira das cartas que Weber (2015) mandou para W.E.B. Du Bois, ele diz que:

Até agora, falhei em encontrar na literatura americana (e, claro, em qualquer outra) uma investigação sobre as relações entre o (chamado) “problema racial” e o (chamado) “problema de classe” no seu país, embora seja impossível ter qualquer conversa com os brancos do Sul sem sentir essa conexão. Atualmente só existe na Alemanha [não só:] uma literatura amadora e à la H[ouston] St[ewart] Chamberlain & Co., uma teoria racial “científica” construída com fundamentos puramente antropológicos – e, por isso, temos que acentuar especialmente essas conexões e a influência das condições socioeconômicas sobre as relações entre as raças. Vi que você tratou, há algumas semanas, dessa mesma questão, e ficaria muito feliz se você se encontrasse em condições de fornecer, para nosso periódico, um ensaio sobre esse tema. Portanto, peço-lhe que me escreva, perguntando se estaria disposto a me encontrar e em que data isso seria possível? (Weber, 2015, p. 391-392).

Na segunda carta ele agradece os livros enviados por W.E.B. Du Bois e afirma estar “absolutamente convencido de que o problema da ‘linha de cor’ será o principal problema do futuro, aqui e em todo o mundo” (Weber, 2015, p. 395). Em 1905, as negociações para a tradução do livro de W.E.B. Du Bois continuaram e ele afirma que “seu esplêndido trabalho ‘As almas do povo negro’ precisa ser traduzido para o alemão” (Weber, 2015, p. 437).

O impacto do “problema das raças e das classes” e da “linha-de-cor”, quer dizer, “o principal problema do futuro”, expressões que mostram claramente a influência de W.E.B. Du Bois sobre Weber, ainda é um tópico pouco aprofundado na literatura secundária (Hughey e Goss, 2018; Mcauley, 2019, 2024), ainda que receba uma luz do mais importante trabalho até agora disponível sobre a viagem de Weber aos Estados Unidos. Para Lawrence Scaff (2011), a teoria weberiana da estratificação social seria impensável sem essa influência. A partir daí, a problemática étnico-racial será parte constitutiva da agenda sociológica weberiana. Mas antes de passar a seu conteúdo, vamos percorrer ainda a terceira estação da caminhada normativa-epistemológica de Weber.

2.3. A questão racial na sociologia

Vamos encontrar a questão racial no 1º Congresso da Sociedade Alemã de Sociologia, realizado em Frankfurt, em 1910. Weber ([1910] 2018) não estava plenamente convencido do compromisso dessa organização com uma ciência desprovida de julgamentos valorativos e, por isso, acabou deixando a entidade. A preocupação científica também é o principal motivo pelo qual ele contestou abertamente a perspectiva racista defendida por Alfred Ploetz, pois “inexiste hoje um único fato relevante para a sociologia, um único fato, preciso e concreto, que permita reduzir qualquer categoria de fatos sociológicos, de forma clara e definitiva, às qualidades inatas ou hereditárias que uma determinada raça possui” (Weber, 2018, p. 248). O escrito também enfatiza o impacto de Du Bois sobre ele:

³ Duas cartas foram enviadas por Weber quando ainda estava nos Estados Unidos nos dias 8 e 17 de novembro de 1904, enquanto as demais foram enviadas já no seu retorno à Alemanha nos dias 30 de março, 17 de abril e 1 de maio de 1905.

Desejo afirmar que o *scholar* sociológico mais importante em qualquer lugar dos estados do sul da América, com quem nenhum estudioso branco pode se comparar, é um negro –Burckhardt [sic] Du Bois. No congresso em St. Louis, tive a oportunidade de tomar café da manhã com ele. Se um senhor dos Estados do Sul estivesse lá, teria sido um escândalo (Weber, 2018, p. 257).

Weber voltou ao assunto no 2º Congresso da Sociedade Alemã de Sociologia, realizado em Berlim, em 1912. Apoiando a tese de Franz Oppenheimer, ele lembrou a arbitrariedade científica da teoria da raça, dizendo que “dá para perceber que com teorias raciais se pode provar e refutar qualquer coisa que se queira” (Weber, 2018, p. 323). Para ele, essa teoria não conseguiu produzir uma única prova a favor de si, “nem um único fato desse tipo se encontra disponível” (p. 326). Além de atacar as consequências “higiênicas” dessa visão, ele mesmo se identificou com a situação. Falando em termos pessoais, lembrou que, dada sua ascendência francesa, ele não possuía nenhuma pureza sanguínea.

Essas manifestações de Weber contra o higienismo são fundamentais porque demonstram claramente sua posição política contra qualquer forma de discriminação racial. Mas do ponto de vista epistemológico, a posição de Weber ([1910] 1995) está muito mais bem desenvolvida em seus estudos sobre “A psicofísica do trabalho industrial”, de 1910. Examinando a literatura biológica e psicológica da época, que pretendia explicar os processos de condicionamento dos operários às condições do regime da fábrica, ele novamente não encontrou sustentação científica para hipóteses de fundo biológico. Por isso, sua pesquisa se concentrou na análise do processo sociocultural de condicionamento (disciplina) que viabiliza essa adaptação. Descartando a via biológica, Weber afirmou ser preciso “focar a análise nas influências de origem social e cultural, da educação e da tradição” (Weber, [1910] 1995, p. 316).

Do exposto, conclui-se que, do ponto de vista epistemológico, Weber não viu qualquer tipo de confirmação científica para a possibilidade de heranças biológicas desiguais. Por esse motivo, ele sempre excluiu, por falta de qualquer suporte científico, explicações desse tipo. Sem essa premissa, ele sequer poderia ter desenvolvido uma sociologia compreensiva que parte exatamente do ponto de ruptura entre comportamento e ação, qual seja, entre o plano natural (psicofísico) e cultural (sentido). Essa diferença tem como seu fundamento último a distinção entre ciências naturais e ciências do espírito, amplamente defendida em seus escritos epistemológicos. Nisso sua posição praticamente não mudou ao longo do tempo.

Mesmo em 1920, na versão final de “Economia e Sociedade”, o autor entendeu que se “futuras pesquisas encontrarem regularidades não sujeitas a compreensão para determinadas condutas com sentido” (Weber, [1920] 2013, p. 154) – entre elas, “uma possível diferença na herança biológica (das raças), [para a qual, enfatiza ele,] as provas até agora são inexistentes” (p. 154) –, isso em nada afetaria a sociologia. Nas palavras de Weber “o reconhecimento de sua significação causal em nada alteraria a tarefa da sociologia (e das ciências da ação em geral): compreender, interpretando-as, as ações orientadas por um sentido” (p. 154). Em Weber, Biologia e Sociologia sempre estiveram rigidamente delimitadas. É na perspectiva política que ocorrem as maiores mudanças na visão de Weber e tudo sugere que o impacto do problema racial dos Estados Unidos, e muito em particular seu contato com W.E.B. du Bois, foi decisivo em sua evolução para uma posição coerentemente liberal-igualitária e, principalmente, para a construção de um aporte sociológico sobre o tema. É o que examinaremos detidamente a seguir.

3. Perspectiva sistemático-metodológica: contornos de uma sociologia das relações étnico-raciais em Max Weber

A partir de qual aparato conceitual Weber desenvolveu os parâmetros teóricos de uma sociologia das relações raciais? E quais são as suas características? Apesar de restar

inacabada e fragmentária, sua visão sobre esse tema pode ser reconstruída de forma relativamente sistemática. Para isso temos que lidar com os grandes projetos intelectuais aos quais ele se dedicou a partir de 1909, momento em que sua atenção se volta mais claramente para a elaboração da sociologia compreensiva e para a análise dos processos de racionalização. Isso nos leva ao encontro da obra “Economia e Sociedade” e aos seus estudos históricos e comparativos sobre as religiões universais (“A ética econômica das religiões mundiais”). No primeiro caso, sua abordagem do tema é predominantemente teórica (metodológica) e, no segundo, essencialmente empírica (histórico-cultural).

3.1. O tema racial em “Economia e sociedade”

Naquela que foi considerada a obra sociológica do século XX, a questão racial é pensada em dois registros diferentes: cultural e social. O primeiro nos remete ao plano étnico e o segundo ao plano da estratificação social. Vamos abordá-los levando em consideração como esses temas são desenvolvidos no processo de redação do texto, fator que nos ajudará a sublinhar como Weber aprofunda a questão.

3.1.1. Dimensão cultural: raça como um subtipo de etnicidade

O primeiro momento no qual Weber propõe uma análise sociológica da raça pode ser encontrado em um manuscrito inacabado cujo título é “Comunidades Étnicas” (Weber, [1920] 2009). Ele é um dos textos mais antigos que Weber produziu para a obra “Economia e Sociedade” e é anterior a textos como “Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva” (Weber, [1913] 2018), além de estar ainda bem distante da nomenclatura empregada em “Conceitos sociológicos fundamentais”, escrito em 1920 como o capítulo I de “Economia e Sociedade” (Weber, [1920] 2013). Como o próprio título do escrito evidencia, nesse momento ele ainda se apoia na dicotomia Comunidade/Sociedade, de Ferdinand Tönnies. A comunidade étnica é examinada por Weber junto com as comunidades doméstica, política, de mercado e as comunidades sociais (“Casta, Estamento e Partido”), o que não deixa de sugerir um esquema evolucionário perpassando o texto.

O escrito aborda três questões diretamente relacionadas às questões raciais, a saber: a) uma definição sociológica da comunidade étnica e de seus subtipos, dentre os quais a “pertença racial” (*Rassenzugehörigkeit*); b) uma sistematização dos mecanismos de inclusão e exclusão que produzem as fronteiras socioculturais, dentre elas os mecanismos de discriminação racial; e c) a intersecção entre a dimensão étnico-racial, a dominação política e a exploração econômica.

Do ponto de vista terminológico, Weber adverte que “o conceito de grupo étnico se dilui quando tentamos defini-lo com exatidão” (Weber, [1920] 2020, p. 185) e acrescenta que “o grupo étnico não é em si mesmo uma comunidade, mas tão apenas um momento que facilita o processo de formação comunitária” (p. 174). Levando em consideração todos esses cuidados preliminares, ele chegou a seguinte definição:

chamaremos de grupos “étnicos” aqueles grupos humanos que, fundando-se na semelhança do hábito exterior e dos costumes, ou de ambos, ou ainda em memórias da colonização e da imigração, abrigam uma crença subjetiva [*subjektives Glaube*] em uma procedência comum, de tal sorte que a crença é importante para a propagação do processo de formação comunitária [*Vergemeinschaftung*] (Weber, [1920] 2009, p. 174).

Conforme a definição construtivista de Weber, comunidades étnicas são “construções artificiais” (*künstliche Art*) (Weber, [1920] 2009, p. 175) e dependem da “crença subjetiva” (*subjektives Glaube*). O mesmo vale para o conceito de raça, que ele analisa a partir de diferentes níveis de análise. No plano mais geral e abstrato, a pertença à raça

(note-se que ele não substancializa o conceito) seria “a posse real das mesmas disposições, herdadas e transmitidas por herança e que repousam em uma origem comum” (p. 168). No entanto, raça no sentido sociológico estrito, quer dizer, enquanto formação social estruturada, só existe “enquanto é percebida subjetivamente como uma característica comum” (p. 168). Essa delimitação social ocorre a partir de processos de oposição, especialmente “quando a vizinhança ou a vinculação local de indivíduos de raças distintas esteja unida com uma atuação comum qualquer (geralmente política)” (p. 168), ou, em segundo lugar, “quando qualquer destino comum dos racialmente homogêneos esteja unido a alguma oposição patente frente a outros” (p. 168). Isso nos conduz ao terceiro nível, o “agir em comunidade (...), [que], em geral, se expressa de modo puramente negativo: como exclusão ou desprezo daqueles que apresentam características distintas ou, inversamente, termos supersticiosos frente àqueles que parecem distintos” (p. 168).

A definição de Weber chama a atenção porque vai descendo a níveis cada vez mais concretos de determinação. Do 1) âmbito mais geral das representações simbólicas (crenças), passa-se ao 2) nível mais específico da sua transformação em grupo cultural/racial (sentidas subjetivamente), o que supõe 3) processos políticos antagônicos, chegando, por fim, às 4) formas discriminatórias de ação. Vista de outro ângulo, a definição de Weber inicia no plano macro da cultura, passa pelo plano estrutural e desemboca no nível micro das ações sociais, tudo isso perpassado pelo elemento da opressão política e do conflito.

Apesar da complexidade do escrito, boa parte de sua reflexão é voltada para a descrição de múltiplos mecanismos de discriminação simbólica. Mais do que o intercâmbio sexual, os fatores que propiciam esse processo estão ligados aos hábitos e costumes, ou a diferença estamental, porque são eles que “levam a crer que exista ou não um parentesco de origem entre os grupos que se atraem ou se repelem” (Weber, [1920], 2009, p. 174). No plano especificamente racial, Weber falou em mecanismos de atração e repulsão, ou também em mecanismos de “homogeneização interior” (*inneren Ausgleichung*) e “diferenciação do exterior” (*Unterscheidung nach aussen*) (Weber, [1920] 2009, p. 173). A análise desses mecanismos é particularmente importante porque é nela que podemos encontrar os fundamentos weberianos de uma sociologia da discriminação racial. Tomando o caso americano como exemplo, ele explica que:

nos Estados Unidos, a mais pequena gota de sangue negra desqualifica irremediavelmente, algo que não acontece com uma considerável quantidade de sangue índia. Ao lado de fatores estéticos, que sem dúvida entram em jogo, influi também a memória de que os negros, ao contrário dos índios, foram um povo de escravos, quer dizer, um povo desqualificado como classe social (Weber, [1920] 2009, p. 171).

Os marcadores sociais de diferença, ou, como diz Weber ([1920] 2009, p. 179), o carácter simbólico “das marcas diferenciais”, quer dizer, “as diferenças esteticamente impressionantes do hábito externo” (p. 177), ou, em outra fórmula, “diferenças muito visíveis que funcionam como razões de operação étnica” (p. 178), entre elas, “cor da pele, cabelo, barba, etc., são aquelas que ativam os contrastes porque se consideram como símbolos de homogeneidade étnica” (p. 179). Mas, como esses fatores são múltiplos, eles são apenas um “caso limite” e exercem uma influência mais negativa do que estruturante (p. 180). Os principais mecanismos de discriminação são “as diferenças econômicas ou políticas de existência às quais tendem a adaptar-se os grupos humanos” (p. 180).

Dentre os portadores sociais desse processo de discriminação, ele observou que enquanto certos grupos desenvolvem uma consciência de superioridade racial, os grupos subalternos podem inverter essa diferença com base em uma teodiceia do povo eleito. E, para além de uma visão dicotômica, ele lembra que outros grupos também precisam ser levados em consideração para entender como esse processo ocorre. No caso americano, por exemplo, “os brancos pobres dos Estados do Sul (...) foram, na época da escravidão, os verdadeiros inventores da antipatia racial” (Weber, [1920] 2009, p. 178), e isso “porque sua honra social dependia da desqualificação dos negros” (p. 178-179).

Por fim, Weber observou que “a comunidade política pode despertar a crença na origem étnica” (Weber, [1920] 2009, p. 175) e que o sentimento racial pode ser mobilizado como uma forma de legitimar a dominação. Além disso, todo estamento social tende a monopolizar os recursos econômicos (Weber, [1920] 2009). Podemos afirmar, portanto, que em Weber a discriminação racial se assenta, ao lado dos mecanismos simbólicos acima descritos, também em mecanismos de tipo político e econômico-social.

3.1.2. Dimensão social: raça como subtipo da divisão estamental e escravidão negra como relação de classe

O segundo registro a partir do qual o tema da raça/racismo é pensado por Weber é social e pode ser encontrado no texto “Casta, estamento e partido” (Weber, [1920] 2009), um dos escritos mais antigos que também podem ser encontrados em “Economia e Sociedade”. Nessa fase de seu pensamento, as hierarquias sociais são consideradas por ele como uma expressão da “distribuição do poder” (Weber, [1920] 2009, p. 252) e ele argumenta que as classes, ao contrário dos estamentos, não produzem comunidades, quer dizer, formações sociais estruturadas. A partir da ótica da estratificação social, a formação de grupos raciais é entendida aqui como um fenômeno da divisão estamental e, mais especificamente, como uma forma particular de divisão social em castas sociais.

A situação estamental “é um componente típico do destino da vida humana condicionado por uma estima social específica – positiva ou negativa” (Weber, [1920] 2009, p. 259). Quando ela atinge um grau de isolamento jurídico (positivo e negativo) fechado, ela então se transforma em uma casta. Em “Comunidades Étnicas”, Weber já tinha observado que a “honra étnica é análoga ao conceito de honra estamental” (p. 178). Mas é preciso compreender mais especificamente como estes elementos simbólicos de tipo étnico-racial configuram “diferenças estamentais específicas” (p. 178), dentre as quais “o modo de divisão de trabalho entre os sexos e entre livres e escravos – em uma palavra, todas aquelas coisas em que alguém se pergunta pelo que é ‘decoroso’ e que afetam, sobretudo, o sentimento de honra e dignidade do indivíduo” (p. 178). Em “Casta, estamento e partido”, Weber mostra claramente qual o vínculo entre as divisões étnico-raciais e os processos de formação de castas.

A rigor, a separação em estamentos desemboca nas consequências mencionadas somente quando servem de base para diferenças que são consideradas como “étnicas”. A casta é precisamente a forma normal pela qual podem adquirir uma forma social as comunidades étnicas que creem no parentesco de sangue e que excluem o trato social e o matrimônio com os membros das comunidades exteriores (Weber, [1920] 2009, p. 262).

Contudo, é muito importante perceber que, na sua fase madura, Weber modificou seu entendimento da estratificação social e reduziu sua análise a apenas duas variáveis, como aliás evidencia o título de seu escrito “Classe e estamento” (Weber, [1920] 2013). O partido político é alijado da definição e o conceito de classe se subdivide em classe econômica e classe social. Além disso, Weber trata de modo mais simétrico do par conceitual classe/situação de classe e estamento/situação estamental. Bem mais enxuta, a revisão de Weber pouco explora a temática racial. Apesar disso, o tema não está ausente, ainda que nesse segundo texto ele explore mais a relação raça/classe do que a relação raça/estamento. Conforme a definição de Weber, proprietários de escravos são “classes proprietárias de tipo rentista” e os escravos são “classes proprietárias negativamente privilegiadas [enquanto] objetos de propriedade” (Weber, [1920] 2013, p. 593). Ele mostra ainda que as configurações raciais baseadas em classe são dinâmicas e contingentes, pois enquanto “a classe fortemente privilegiada da classe dos proprietários de escravos, por exemplo, se encontra sem contraposições de classe ao lado dos camponeses” (p. 594), temos, do outro lado, o “*poor white trash*”, que era “mais hostil ao negro do que o próprio dono das plantações, dominado muitas vezes por sentimentos patriarcais” (p. 595).

Quanto a relação raça/estamento, em seu texto “Classe e estamento”, Weber nos apresenta uma pequena tipologia de estamentos que ele divide em: 1) profissionais; 2) hereditários; e 3) político-hierocráticos. E, embora ele não seja claro, os exemplos históricos que ele analisou (como será demonstrado adiante) parecem sugerir que as castas, inclusive as de tipo racial, se assentam empiricamente na terceira categoria, e, como tal, podem ser consideradas estamentos de tipo hereditário.

3.2. Raça e escravidão nos estudos históricos e comparativos

Em termos histórico-concretos, Weber nunca produziu qualquer estudo abrangente voltado exclusivamente para a problemática étnico-racial. Apesar disso, alguns de seus trabalhos lidam com o tema e nos fornecem contribuições importantes para nossa tarefa sistemático-reconstrutiva, em especial seus estudos históricos sobre o capitalismo na antiguidade e sua sociologia comparada das religiões universais. No primeiro caso, encontramos elementos de uma sociologia econômica que conecta capitalismo e escravidão; e, no segundo caso, um aprofundamento histórico-sociológico do fenômeno das castas sociais, elemento que nos ajuda a iluminar como Weber lida com mecanismos de segregação racial sob a ótica da sociologia da estratificação.

Weber já tinha estudado a história romana em seus trabalhos de doutoramento e habilitação, além de ter publicado um texto de divulgação sobre “As causas sociais do declínio da antiguidade” (Weber, [1908] 2006). Em 1908, ele apresentou a terceira visão de seu artigo “As relações agrárias no mundo antigo” (Weber, [1908] 2006, p. 334), no qual se perguntava se “a Antiguidade conheceu, numa dimensão relevante do ponto de vista histórico-cultural, uma economia capitalista”. Essa questão recebe uma resposta afirmativa, embora ele delimite com nitidez as diferenças entre o capitalismo racional dos tempos modernos e as formas de capitalismo orientado da antiguidade (Love, 2005). Dessa forma, ele julgava escapar das alternativas extremas que viam ou uma total semelhança (Eduardo Meyer) ou uma total diferença (Karl Büchner) entre o capitalismo antigo, o medieval e o moderno (Momigliano, 2000; Bruhns, 2004; Colognesi, 2004).

Uma das diferenças fundamentais entre estes tipos de capitalismo é que, ao contrário das formas livres de trabalho da atualidade, o mundo antigo se baseava na mão de obra escrava. Nesse sistema, os escravos são considerados bem de capital, embora sua reprodução social dificultasse a rentabilidade e a racionalidade do sistema Weber, [1908] 2006). A novidade de Weber é que, ao invés de restringir a análise da escravidão apenas ao plano da agricultura, ele mostrou que o trabalho escravo foi aplicado em estruturas embrionárias de organização fabril. Dessa forma, ao lado do capitalismo empresarial burguês com mão de obra livre, temos também o capitalismo empresarial-escravocrata da antiguidade (Descat, 2004).

Wilfried Nippel (2005) reparou que a pesquisa de Weber sobre escravidão no mundo antigo permitiu que ele traçasse, em sua sociologia econômica (“Economia e Sociedade”), um paralelo entre “a economia de plantação com base no trabalho não livre” (Weber, [1920] 2013, p. 327-328) e “os Estados sulistas dos Estados Unidos” (p. 327). Tais paralelos podem ser encontrados também nas notas de aulas que foram publicadas por seus alunos sob o título de “História Econômica Geral”. Nesse texto, podemos ler que:

a escravidão só é lucrativa se for praticada com a mais rigorosa disciplina e se estiver associada a uma exploração sem escrúpulos; pressupõe, além disso, a possibilidade tanto de abastecer e alimentar os escravos ao menor custo, como de praticar amplamente o cultivo extensivo (Raubbau), o que, por sua vez, supõe que não há limites para o território utilizado (Weber [1923] 2011, p. 165).

A partir das análises históricas de Weber sobre o regime econômico do trabalho escravo na Antiguidade, encontramos preciosas pistas sobre uma forma de capitalismo que tem sua forma de sustentação exatamente nesse regime de trabalho (Mata, 2023). Podemos dizer também que existe um elo intrínseco ligando uma forma historicamente determinada de capitalismo e a escravidão negra das Américas.

Mas suas contribuições históricas não param por aí. Já vimos que, seguindo os trabalhos pioneiros de W.E.B Du Bois, Weber sugere a utilização do conceito de casta, ou seja, uma forma de estamento fechado, para tipificar sociologicamente estruturas sociais hierárquicas de tipo racial. Embora o conceito não tenha sido usado concretamente para pesquisar formas de segregação racial, ele foi amplamente mobilizado em sua sociologia comparada das civilizações para tipificar o caráter específico do judaísmo antigo e do hinduísmo enquanto religiões. Esses trabalhos são importantes porque nos ajudam a aprofundar nossa compreensão da dupla conceitual estamento/casta em Weber, ao mesmo tempo em que ilustram de que forma eles foram ajustados para entender situações histórico-culturais determinadas, entre eles, os processos de estruturação estamental de raças enquanto tipos de castas hereditárias fechadas.

Para expressar teoricamente o significado sociológico do judaísmo como a religião do povo eleito, Weber o definiu como um povo “pária” (conceito que, originalmente, refere-se a um subtipo de casta da Índia). O que ele desejava mostrar era que, frente a ruína de sua unidade política, essa religião foi levada a construir uma forma de proteção religiosa para preservar sua identidade, estabelecendo, assim, uma série de barreiras rituais que a delimitam do âmbito externo (Weber, [1921] 2005).

O caso da Índia, contudo, é completamente diferente, pois nessa realidade foi a camada sacerdotal que conseguiu impor barreiras para impedir a mobilidade social ascendente ou descendente ao conjunto da sociedade. Dessa forma, emergiu um tipo de sociedade inteiramente fundada na diferença. Nesse sistema social, novos grupos sociais (especialmente as tribos) são desvalorizados simbolicamente e integrados na ordem social em condição subordinada. É esse elemento que torna o conceito particularmente interessante para pensar a formação de estamentos raciais. Nesse escrito, Weber discute longamente o conceito de casta e busca delimitar seu âmbito diferenciando-o de conceitos similares como tribo e corporação. Conforme a definição dada no texto, “a casta constitui, indubitavelmente, um estamento fechado” (Weber, [1917] 1998, p. 99). No caso da Índia, os mecanismos que excluem o intercâmbio sexual e a comensalidade conduziram a divisão da sociedade em Brâmanes, Xátrias e Várias e Sudras, sendo essa última considerada uma classe impura.

Em seu estudo sobre a Índia, recorrendo ao procedimento comparativo, o rígido sistema de estratificação social e religiosa do hinduísmo e o sistema racial do Sul dos Estados Unidos são diversas vezes colocados em paralelo. Segundo esse raciocínio, “os Estados Unidos da América as têm nos estados do Sul entre brancos e negros (inclusive todos os mestiços)” (Weber, [1917] 1998, p. 99). E acrescenta: “aqui, porém, no sentido de que o casamento em si é juridicamente inadmissível, sem falar no boicote social que acarretaria” (p. 99). É a mais clara menção que Weber fez da ideia de que a segregação racial norte-americana constitui uma forma de estamento fechado, ou seja, uma forma concreta de casta social.

O interesse de Weber pelo judaísmo antigo e pelo sistema de castas da Índia deve-se ao fato de que nesses dois casos, ambos situados no universo religioso, as formas de segregação socioculturais atingem um nível extremo, vale dizer, típico. Trata-se de casos históricos no qual encontramos um rígido sistema regulado de *apartheid* social, que não permite intercurso social, elementos que ele mesmo destacou que estavam, em menor ou maior grau, presentes nas formas de escravidão negra, também elas de fundo racial, nos Estados Unidos da América.

4. Considerações finais

A temática racial resta dispersa, fragmentada e incompleta nos escritos de Max Weber. Mas isso não nos impede de reconstruir, a partir dos textos existentes, os parâmetros gerais de uma sociologia weberiana das relações etno/raciais. Para compreendê-la de forma sistemática e abrangente, evitando qualquer tipo de reducionismo, é essencial considerar analiticamente as particularidades do tema nos planos epistemológico, normativo, metodológico e histórico-cultural das análises de Weber. Na perspectiva normativa, o jovem Weber esposou inicialmente uma concepção carregada de preconceitos contra os poloneses, mas sua posição se modifica claramente quando da sua visita aos Estados Unidos da América e seu contato com a obra de W.E.B du Bois. Do ponto de vista de sua fundamentação científica, Weber refirmou repetidas vezes ao longo de toda sua trajetória não ter encontrado qualquer sustentação factual que corroborasse a hipótese de diferenças raciais de base biológica. Além disso, sua epistemologia diferencia claramente o âmbito das ciências do espírito das ciências naturais, evitando toda forma de reducionismo. Por isso, sua sociologia jamais recorreu a qualquer fundamento de tipo biológico e se concentra, exclusivamente, nos aspectos socioculturais do fenômeno.

Na perspectiva especificamente sociológica, a análise weberiana das relações etno/raciais está organizada em torno de dois eixos. No plano cultural, o racismo é pensado enquanto fenômeno étnico-cultural, baseado em representações sociais específicas (crença), ao mesmo tempo em que é construído através de processos e mecanismos simbólicos de discriminação e político-econômicos de dominação e monopolização que operam no plano institucional e individual. No plano social, a questão racial pode ser enquadrada nos moldes weberianos da estratificação tanto pelo conceito de *classe*, quanto pelo conceito de *estamento*. A escravidão negra constituiu historicamente uma forma de relação de classe, enquanto o processo de formação de grupos sociais estruturados e hierarquizados por critérios raciais se inscreve na esfera das divisões estamentais rígidas (casta) de tipo hereditário. A divisão da sociedade em grupos raciais representa um caso específico da evolução do grau de isolamento de um estamento de tipo hereditário estimado positivamente (superior) ou negativamente (inferior). Por fim, no âmbito histórico, Weber discutiu as semelhanças entre a escravidão no capitalismo pré-moderno da Roma Antiga e no capitalismo de plantação norte-americano, além de ter traçado importantes paralelos entre as castas indianas e a segmentação racial do Sul dos Estados Unidos.

Conforme destacam Brubaker (2002), Rex (2010) e Wacquant (2023), a dupla dimensão simbólica (cultural) e estratificada (social), eixos da sociologia weberiana da questão étnico-racial, são elaboradas de forma construtivista, relacional e dinâmica. À pesquisa histórico-exegética cabe retomar cada uma das dimensões aqui apontadas (epistemológica, normativa, metodológica e histórico-cultural) e aprofundar seu significado na obra de Weber. E, mais importante do que isso, cabe à pesquisa sociológica recolher os frutos de Max Weber para pensar o problema que define o presente e o futuro de nossas sociedades.

Referências

- AY, Karl-Ludwig. Max Weber und der Begriff der Rasse. **Aschkenas**, v. 3, n. 1, p. 189-218, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1515/asch.1993.3.1.189>.
- BANTON, Michael. Updating Max Weber on the racial, the ethnic, and the national. **Journal of Classical Sociology**, v. 14, n. 4, p. 325-340, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/1468795X1453660>.
- BARBALET, Jack. Race and its reformulation in Max Weber: Cultural Germanism as political imperialism. **Journal of Classical Sociology**, v. 24, n. 1, p. 3-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/1468795X221083684>.

- BELLO, Barbara Giovanna. Razza ed etnia nel pensiero di Max Weber. **Teoria e Critica della Regolazione Sociale**, p. 1-26, 2023. Disponível em: https://air.unimi.it/bitstream/2434/972873/2/2023_Weber.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.
- BOATCĂ, Manuela. From the Standpoint of Germanism: A Postcolonial Critique of Weber's Theory of Race and Ethnicity. In: GO, Julian. **Postcolonial Sociology**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2013, p. 55-80.
- BRUBAKER, Rogers. Ethnicity without groups. **European Journal of Sociology/Archives européennes de sociologie**, v. 43, n. 2, p. 163-189, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003975602001066>.
- BRUHNS, Hinnerk. Max Weber, économie antique et science économique moderne. **Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques**, n. 34, p. 1-13, 2004. DOI: <https://doi.org/10.4000/ccrh.209>.
- COLOGNESI, Luigi Capogrossi-. "Capitalisme antique" et "Capitalisme" médiéval dans l'œuvre de Max Weber. **Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques**, n. 34, p. 1-9, 2004. DOI: <https://doi.org/10.4000/ccrh.207>.
- DESCAT, Raymond. Max Weber et l'économie de l'esclavage antique. **Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques**, n. 34, p. 1-9, 2004. DOI: <https://doi.org/10.4000/ccrh.225>.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Sociologia e raça. In: HITA, Maria Gabriela. **Raça, racismo e genética**. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 103-112.
- HÜBINGER, Gangolf. Mitteleuropa und Polen. Deutsche Ortungsvorstellungen 1915-1917. In: **Max Weber: Stationen und Impulse einer intellektuellen Biographie**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2019, p. 255-266.
- HUGHEY, Matthew; GOSS, Devon. With Whom no White Scholar can Compare: Academic Interpretations of the Relationship between W. E. B. Du Bois and Max Weber. **The American Sociologist**, v. 49, p. 181-217, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12108-018-9368-2>.
- HUND, Wulf Dietmar. Racism in white sociology: From Adam Smith to Max Weber. In: HUND, Wulf Dietmar; LENTIN, Alana. **Racism and Sociology**. Berlin: Lit Verlag, 2014, p. 23-67.
- KONNO, Hajime. **Max Weber und die polnische Frage (1892-1920)**. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft mbH & Co. KG, 2004.
- LAURANO, Patrizia. Max Weber e la 'questione razziale'. **Cambio. Rivista sulle Trasformazioni Sociali**, v. 10, n. 20, p. 29-40, 2020. DOI: <https://doi.org/10.13128/cambio-9733>.
- LOVE, John R. **Antiquity and Capitalism: Max Weber and the Sociological Foundations of Roman Civilization**. Londres: Routledge, 2005.
- MANASSE, Ernst Moritz. Max Weber on race. **Social Research**, v. 14, n. 2, p. 191-221, 1947. DOI: <https://doi.org/10.2307/40969195>.
- MASSIMILLA, Edoardo. Razze e culture: percorsi e presupposti di uno slittamento semantico e della sua incidenza pratica. In: CIRACI, Fabio; CRISTANTE, Stefano; PISANÒ, Attilio. **Giornate di Studio sul Razzismo**. 1a e 2a edição. Università del Salento, 2021. Cap. 1, p. 9-24. DOI: <https://doi.org/10.1285/i9788883051715>.
- MATA, Sérgio da. Max Weber e o estudo das sociedades escravistas e pós-escravistas. In: SENEDA, Marcos César; BOLDA, Bruna dos Santos; CUSTÓDIO, Henrique Florentina Faria; SILVA, Luiz Sérgio Duarte. **Weberianismo à brasileira**. Cachoeirinha: Fi, 2024, p. 93-124.
- MCAULEY, Christopher. Max Weber and W. E. B. Du Bois: The Making and Unmaking of a Correspondence. In: DERMAN, Joshua; GORDON, Peter. **Max Weber at 100: Legacies and Prospects**. Oxford: Oxford University Press, 2024.
- MCAULEY, Christopher. **The Spirit vs. the Souls: Max Weber, W. E. B. Du Bois, and the Politics of Scholarship**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2019.

- MOMIGLIANO, Arnaldo. Max Weber und die Althistoriker. *In*: MOST, Glenn. **Ausgewählte Schriften zur Geschichte und Geschichtsschreibung**: Band 3. Stuttgart: J. B. Metzler, 2000, p. 273-281.
- MOORE, Carlos. **Marxismo e a questão racial**: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão. São Paulo: CENAFRO, 2010.
- MÜLLER, Hans-Peter. Rasse und Nation – Max Weber als politischer Denker. **Leviathan**, v. 48, n. 4, p. 548-571, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5771/0340-0425-2020-4-548>.
- NIPPEL, Wilfried. Marx, Weber et l'esclavage. **Anabases. Traditions et réceptions de l'Antiquité**, n. 2, p. 11-52, 2005. DOI: <https://doi.org/10.4000/anabases.1531>.
- PALONEN, Kari. Was Max Weber a 'nationalist'? A study in the rhetoric of conceptual change. **Max Weber Studies**, v. 1, p. 196-214, 2001.
- REX, John. The theory of race relations: a Weberian approach. *In*: MARTINIELLO, Marco; RATH, Jan. **Selected Studies in International Migration and Immigrant Incorporation**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, p. 437-468.
- SCAFF, Lawrence. **Max Weber in America**. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- SILVA BARRETO, Paula Cristina da; RIOS, Flávia; NEVES, Paulo Sérgio da Costa; SANTOS, Dyane Brito Reis. A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 94, p. 1-35, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17666/bib9405/2021>.
- SPÄT, Robert. **Die "polnische Frage" in der öffentlichen Diskussion im Deutschen Reich, 1894-1918**. Marburg: Verlag Herder-Institut, 2014.
- STEINBACH, Peter. Sozialdarwinismus. Der politische Kampf ums Dasein. *In*: LEHNERT, Detlef. **Max Weber 1864-1920**, Wien: Böhlau, 2016, p. 67-103.
- WACQUANT, Loïc. Resolver o problema da 'raça'. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 45, p. 127-154, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc45f>.
- WEBER, Max. **Abriß der universalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte**. Mit- und Nachschriften 1919-1920. Tübingen: Mohr Siebeck, [1923] 2011. MWG III/6.
- WEBER, Max. **Briefe 1903-1905**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2015. MWG II/4.
- WEBER, Max. **Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland**. Tübingen: Mohr Siebeck, [1892] 2019. MWG I/3.
- WEBER, Max. **Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen**: Das antike Judentum. Tübingen: Mohr Siebeck, [1921] 2005. MWG I/21.
- WEBER, Max. **Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen**: Hinduismus und Buddhismus. Tübingen: Mohr Siebeck, [1917] 1998. MWG I/20.
- WEBER, Max. **Landarbeiterfrage, Nationalstaat und Volkswirtschaftspolitik**. Tübingen: Mohr Siebeck, [1894] 1993. MWG I/4.
- WEBER, Max. **Verstehende Soziologie und Werturteilsfreiheit**. Tübingen: Mohr Siebeck, [1913] 2018. MWG I/12.
- WEBER, Max. **Wirtschaft, Staat und Sozialpolitik**. Tübingen: Mohr Siebeck, [1904] 1998. MWG I/8.
- WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**: Gemeinschaften. Tübingen: Mohr Siebeck, [1920] 2009. MWG I/21-1.
- WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**: Soziologie. Unvollendet. 1919-1920. Tübingen: Mohr Siebeck, [1920] 2013. MWG I/23.
- WEBER, Max. **Zur Psychophysik der industriellen Arbeit**. Tübingen: Mohr Siebeck, [1910] 1995. MWG I/11.

WEBER, Max. **Zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte des Altertums**. Tübingen: Mohr Siebeck, [1908] 2006. MWG I/6.

WINTER, Elke. **Max Weber et les relations ethniques**: du refus du biologisme racial à l'État multinational. Québec: Presses de l'Université Laval, 2004.

ZIMMERMAN, Andrew. Decolonizing Weber. **Postcolonial Studies**, v. 9, n. 1, p. 53-79, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/13668250500488827>.